



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

ATA DE REUNIÃO Nº 02/2022

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 22/03/2022

Horário: das 14h30min às 15h25min

Local: Remota - teams

Objeto: Reunião mensal da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

PARTICIPANTES			
NOME	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE
ANTÔNIO TEIXEIRA DE SOUSA	2904	Juiz de Direito	25ª VARA CIVEL
EDSON VIANA GOMES	11838	Assistente Operacional	ASCOM
EUTÁSIO SOUSA BEZERRA	5561	Oficial de Justiça	COMAN
FÁTIMA VALÉRIA Q. M. RODRIGO	8210	Analista Judiciário	SEADI
MÔNICA CRUZ DE SOUZA ANDRADE	9444	Analista Judiciário	Creche / SGP
SERGIO MAIA RAULINO	22666	Analista Judiciário	SETIN
WILLIAM VASCONCELOS GADELHA	5870	Auxiliar Judiciário	CEJAI

PAUTA

- Andamento do processo administrativo para reestruturação da comissão
- Periodicidade das reuniões
- Assuntos gerais

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS/DELIBERAÇÕES

1. Mônica falou sobre o processo administrativo referente à reestruturação, aberto dia 14/02/2022, que se encontra na Superintendência da Área Judiciária desde o dia da abertura.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Mônica sugeriu que o Edson, com o número do processo, tentasse marcar a reunião com a presidência.

2. Mônica lembrou que em uma reunião de setembro de 2021 ficou aprovado a mudança da periodicidade das reuniões para passarem a ser bimestralmente em vez de mensal e que é importante isso ficar determinado no próximo normativo que reestruturar a comissão.

3. Dr. Antônio Teixeira falou sobre a importância dos atos serem vistos e validados pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, conforme disposto na Lei 13.146/2015 e na Resolução 401/2021, CNJ. Esse é mais um ponto relevante para constar no normativo da reestruturação da comissão.

4. Sobre projeto de construção com proposta de acessibilidade. Valéria explicou que os projetos não precisam obrigatoriamente passar pela comissão. Isso, ocasionalmente, acarreta projetos finalizados com alguma desconformidade em relação à acessibilidade e inclusão.

Valéria explicou que já existe a ordem de serviço por meio da Secretaria de Obras do governo executivo e está em fase de projeto básico, onde a atuação da comissão para verificação das conformidades no aspecto que se refere à acessibilidade é fundamental e tempestiva. Esse assunto deverá ser abordado na reunião que pretende marcar com a presidência.

3. Próxima reunião agendada para 18/04/2022

COMPROMISSOS GERADOS

DESCRIÇÃO	PRAZO/ STATUS	RESPONSÁVEL
Marcar reunião da Comissão com a presidência	08/04/2022	Edson
Verificar com outros 3 tribunais do Brasil como está a criação da unidade administrativa de acessibilidade e inclusão que deve ser ligada à presidência ou secretaria geral, de acordo com a Resolução 401/2021, do CNJ	08/04/2022	Mônica



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

APROVAÇÕES

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos e/ou correções, deverão ser enviadas até o dia 25/03/2022 para o seguinte endereço de e-mail: acessibilidade@tjce.jus.br. Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, conseqüentemente, aprovando a Ata.

Fortaleza, 22 de março de 2022.